

**Qualidade do espaço urbano a partir da percepção do usuário
em territórios marginalizados: analisando a presença do
Estado e suas ausências nas Doquinhas, em Pelotas**

*Calidad del espacio urbano a partir de la percepción del usuario en
territorios marginados: analizando la presencia del Estado y sus
ausências en Doquinhas, en Pelotas*

**SIMPÓSIO E2_08 - Desigualdades territoriais e práticas sociais de
contestação na América Latina nos séculos XX e XXI: novas abordagens**

Celia Helena Castro Gonsales
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
celia.gonsales@gmail.com

Fernanda Jahn-Verri
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
fernanda.jverri@gmail.com

Nino Rafael Medeiros Kruger
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
rafaelkruger@gmail.com

Juliana Tasca Tissot
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
julianattissot@gmail.com

Resumo: O artigo discute o papel do Estado na produção de espaços urbanos em territórios marginalizados em Pelotas, a partir da percepção de seus próprios residentes e usuários, através de duas metodologias complementares de consulta à população: entrevistas-caminhadas (*walkthroughs*) e grupos focais. Mais especificamente, discute-se como a presença e ausência (deliberada ou não) das autoridades locais em questões fundiárias, de saneamento, infraestrutura urbana e serviços públicos, pilares fundamentais da cidade sustentável, segundo o Estatuto da Cidade, condicionam a qualidade do espaço urbano nas Doquinhas, localizada no extremo sul de Pelotas, às margens do Canal São Gonçalo. Existem diversas maneiras de explorar qualidade espacial no âmbito do direito

à cidade e da cidade sustentável no que se refere aos parâmetros utilizados, técnicas de pesquisa e referencial teórico. Aqui, além da nossa escolha metodológica de priorizar as narrativas e impressões dos próprios moradores, assumimos como marco conceitual-teórico resgatar o papel do Estado nesses processos. Essa escolha deu-se pelo fato de que aspectos socioespaciais citados, incluindo questões fundiárias, de infraestruturas e serviços urbanos, são funções direta ou indiretamente do poder público. Adicionalmente, a análise do papel do Estado no planejamento, desenvolvimento e gestão do espaço urbano é fundamental para compreender não só a qualidade desses espaços, mas também suas potencialidades. Finalmente, é importante destacar que a compreensão da atuação do Estado sobre o ambiente construído implica ainda em refletir sobre as maneiras pelas quais as pessoas se apropriam do território, em contraposição ou em consonância com as iniciativas estatais. Assim, além de examinar a ação do Estado, ressonâncias e omissões sobre espaços marginais (refletindo sobre essa fissura de “presença dentre ausências”), também se discute, brevemente, como residentes das Doquinhas têm se apropriado desses territórios e assumido funções e responsabilidades do poder público.

Palavras-chave: qualidade do espaço urbano; papel do Estado; territórios marginalizados; desigualdade socioespacial; Pelotas; metodologias de consulta à população.

Resumen: *Este artículo analiza el rol del Estado en la producción de espacios urbanos en territorios marginalizados de Pelotas, a partir de la percepción de sus propios residentes y usuarios, mediante dos metodologías complementarias de consulta a la población: entrevistas guiadas y grupos focales. Más específicamente, analiza cómo la presencia y ausencia (intencionada o no) de las autoridades locales en materia de tenencia de la tierra, saneamiento, infraestructura urbana y servicios públicos —pilares fundamentales de la ciudad sostenible, según el Estatuto de la Ciudad— condiciona la calidad del espacio urbano en Doquinhas, ubicada en el extremo sur de Pelotas, a orillas del Canal de São Gonçalo. Existen diversas maneras de explorar la calidad espacial en el ámbito del derecho a la ciudad y la ciudad sostenible, en cuanto a los parámetros utilizados, las técnicas de investigación y el marco teórico. En este trabajo, además de nuestra opción metodológica de priorizar las narrativas e impresiones de los propios residentes, adoptamos como marco conceptual-teórico la recuperación del rol del Estado en estos procesos. Esta elección se realizó porque los aspectos socioespaciales mencionados, incluyendo cuestiones de suelo, infraestructura y servicios urbanos, son funciones directas o indirectas del poder público. Asimismo, el análisis del rol del Estado en la planificación, el desarrollo y la gestión del espacio urbano es fundamental para comprender no solo la calidad de estos espacios, sino también su potencial. Finalmente, es importante destacar que comprender el rol del Estado en el entorno construido también implica reflexionar sobre las formas en que las personas se apropian del territorio, en oposición o en concordancia con las iniciativas estatales. Así, además de examinar la acción, las resonancias y las omisiones del Estado en relación con los espacios marginales (reflexionando sobre esta fisura de "presencia en medio de ausencias"), también analizamos brevemente cómo los residentes de Doquinhas se han*

apropriado de estos territorios y han asumido funciones y responsabilidades del poder público.

Palabras-clave: *calidad del espacio urbano; papel del Estado; territorios marginados; desigualdad socioespacial; Pelotas; metodologías de consulta a la población.*

Introdução



Apesar de passados quase 25 anos desde a sua publicação, o Estatuto da Cidade ainda é considerado uma lei paradigmática no tocante à política urbana no Brasil. Essa Lei Federal 10.257/2001 inaugurou um novo capítulo na trajetória da legislação fundiária e urbanística no país (Fernandes, 2013). Além do foco nas questões de acesso à terra (incluindo a tentativa de dismantelar lógicas especulativas do mercado imobiliário), o planejamento participativo e o desenvolvimento sustentável também foram outros fios condutores do Estatuto. A Lei de 2001 “[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001, art. 1º). Mais especificamente, o seu segundo artigo define que a política urbana deve ter como uma de suas diretrizes gerais a “garantia do *direito a cidades sustentáveis*, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” [grifo nosso] (Idem).

Esse artigo propõe-se a debater, justamente, como questões fundiárias, de saneamento, infraestrutura urbana e serviços públicos, pilares fundamentais da cidade sustentável, conforme o Estatuto coloca, contribuem com a qualidade do espaço urbano em Pelotas, Rio Grande do Sul. Para isso, parte-se da análise das Doquinhas, região localizada no extremo sul de Pelotas, no bairro Porto, e que tangencia o Canal São Gonçalo. Além de fazer uma retrospectiva histórica do lugar, essencial para compreender os arranjos fundiários atuais e seus conflitos, o presente trabalho explora os outros indicadores de espaço urbano sustentáveis listados acima – saneamento, infraestrutura urbana e serviços públicos – a partir da percepção dos próprios residentes e usuários das Doquinhas, através de entrevistas-caminhadas (*walkthroughs*) e grupos focais liderados por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPel).

Justificativa e relevância

Esse artigo insere-se em um contexto mais amplo de pesquisa, que explora temas fundamentais no tocante à democratização das cidades e à produção de espaços sustentáveis e inclusivos a partir da percepção e das demandas dos próprios cidadãos aos quais tais espaços servem. Portanto, aqui também reside a relevância desse trabalho: explorando a qualidade do espaço público do ponto de vista de quem mora, transita e utiliza-o.

Outra motivação de pesquisa está ligada aos arcabouços conceituais e teóricos e à bibliografia que abraçamos nesse trabalho. Existem diversas maneiras de explorar qualidade espacial no âmbito do direito à cidade e da cidade sustentável no que se refere aos parâmetros utilizados, técnicas de pesquisa, tipos de análise desempenhados com os dados levantados, literatura adotada etc. Aqui, além da nossa escolha metodológica de estudar a qualidade do espaço urbano em Pelotas a partir de indicadores diretamente relacionados às questões fundiárias, de saneamento, infraestrutura urbana e serviços públicos, assumimos como marco conceitual-teórico resgatar o papel do Estado nessas questões. Em outras palavras, para examinar a produção de espaços urbanos de qualidade, sustentáveis e inclusivos, optamos por realizar essa análise, ainda que segundo a percepção dos usuários, explorando criticamente as ações estatais nesse processo, principalmente através de suas presenças e ausências (deliberadas ou não).

Essa escolha deu-se pelo fato de que as questões avaliadas, fundiárias, de infraestruturas e serviços urbanos, são funções direta ou indiretamente do Estado. Diretamente, pois é

responsabilidade do governo o provimento, gestão e manutenção de infraestruturas como a de transportes, por exemplo, ou a oferta continuada de serviços tais como aqueles relacionados à saúde pública. Indiretamente, pois, quando nos referimos à temática do acesso à terra e à moradia, apesar da maior parte do mercado imobiliário ser composto por entes privados, o poder público deve atuar como regulador desse mercado; é ele que estabelece, reforça e monitora a aplicação de regras, normas e códigos dos arranjos fundiários e residenciais no Brasil. Nesse sentido, a ausência do governo em qualquer um desses setores contribui, invariavelmente, com o declínio da qualidade do espaço urbano e, logo, prejudica a promoção de cidades sustentáveis e inclusivas. Portanto, como reiterado anteriormente, o presente projeto não deixa de ser um estudo de “presença dentre ausências”; ou seja, que se propõe a examinar a ação do estado, suas abordagens, permanências e ressonâncias em espaços marginais ou periféricos, conceitual e espacialmente falando.

Desenvolvimento sustentável das cidades

Como exposto anteriormente, o Estatuto das Cidades, publicado em 2001, foi um divisor de águas no Brasil no tocante às diretrizes de legislação urbanística e ambiental. No entanto, todas as recomendações relacionadas ao meio ambiente do Estatuto foram baseadas nas definições relativas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável propagadas inicialmente pelo Relatório Brundtland, publicado pela Organização das Nações Unidas em 1988, e, de forma mais ampla, pela Agenda 21. A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável, apontada pelo Relatório Brundtland, é “[...] aquele que satisfaz às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 46).

Dessa forma, é introduzido um novo paradigma ao desenvolvimento, associando o equilíbrio entre o crescimento econômico, a equidade social e a sustentabilidade ambiental. A Rio 92 e a Agenda 21 representam a consagração do paradigma contemporâneo de sustentabilidade. A Agenda 21 aponta a importância e a necessidade da formulação de práticas locais. Com relação aos problemas ambientais urbanos, indica que “grande parte dos problemas ambientais decorrentes da urbanização localiza-se e inicia-se nos municípios” (United Nations, 1992, s/n). Em seu capítulo 7, a Agenda 21 define oito áreas programáticas para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos urbanos, incluindo “oferecer a todos habitação adequada”; “aperfeiçoar o manejo dos assentamentos humanos”; “promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra”; “promover a existência integrada de infraestrutura ambiental de água, saneamento, drenagem e manejo de resíduos sólidos”; e “promover sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos localizados em áreas sujeitas a desastres”.

Fica evidente, portanto, que o desenvolvimento sustentável apresenta-se para além da questão ambiental, abarcando também aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. A presença de infraestrutura urbana de acesso universal (em especial, o abastecimento de água potável, acesso à rede de esgotos com posterior tratamento e drenagem urbana), de um sistema de transportes públicos eficiente, o acesso à moradia digna e a existência de um sistema de áreas verdes devem ser entendidos como itens indispensáveis ao se pensar uma cidade ou metrópole sustentável. Desse modo, o atual grande desafio no Brasil, ainda mais frente às emergências climáticas como as recentes enchentes que assolaram o estado do Rio Grande do Sul em 2024, é adequar nossas cidades, sejam elas pequenas, médias ou grandes, aos padrões mínimos de sustentabilidade,

entendida, conforme discutido acima, como a presença de equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, o Estatuto da Cidade foi muito importante ao instituir uma nova política urbana e confirmou que o planejamento urbano e, mais especificamente, o Plano Diretor não deve ser um produto puramente técnico e científico, mas um instrumento que requer a democratização inclusive no seu processo de elaboração, através da participação popular. Por outro lado, o texto legal de 2001 também reconheceu a existência de conflitos e a necessidade de processos de negociação decorrentes dos interesses divergentes na sociedade brasileira para a solução dos problemas socioambientais decorrentes da urbanização, além de chamar a atenção para a necessidade de inserção da sustentabilidade ambiental no planejamento e, sobretudo, na gestão das cidades (Fernandes, 2013). Portanto, o Estado tem papel fundamental não só na promoção de cidades justas e democráticas, mas também no desenvolvimento urbano sustentável, propondo, coordenando e executando políticas públicas e programas sociais que atendam ao interesse coletivo no contexto da urbanização. No entanto, muitas vezes, além do poder público não avançar tais ações, o desempenho das autoridades locais pode acabar aumentando as disparidades intra-urbanas, ameaçando o desenvolvimento urbano sustentável e agravando a exclusão socioespacial em cidades brasileiras, conforme será discutido nas próximas páginas.

O papel do Estado na produção do espaço urbano

A análise do papel do Estado no planejamento, desenvolvimento e gestão do espaço urbano é fundamental para compreender não só a qualidade desses espaços, mas também suas potencialidades (Santos, 1985). Por um lado, a presença de autoridades locais no que se refere à provisão de serviços urbanos e manutenção de infraestruturas, dentre diversas responsabilidades, pode impactar positivamente o cotidiano dos moradores, trabalhadores e usuários de determinado espaço, de forma geral, contribuindo, assim, para uma percepção favorável dos mesmos sobre seus bairros e cidades (Marrara, 2012). De maneira semelhante, a omissão do poder público ou até mesmo uma má governança sobre o território muitas vezes ocasiona o oposto. Isto é, a falta de uma ou uma limitada rede de transporte coletivo ou interrupções e falha na limpeza urbana, por exemplo, não só dificulta o acesso dos cidadãos a serviços básicos, afetando aspectos relacionados à sua saúde, lazer, emprego (sem falar nas consequências para o próprio meio ambiente), mas também traz efeitos menos evidentes e explícitos como a estigmatização daquela comunidade a longo prazo (Lima, 2014).

O presente artigo, portanto, ao examinar a qualidade do espaço urbano em territórios marginalizados de Pelotas a partir de aspectos sociopolíticos, em especial, a presença e abordagens do governo local, além de contribuir com o estado da arte acerca da qualidade de espaço urbano e oferecer novos indicadores para sua apreciação, pode avançar, na prática, temas como direitos humanos e justiça social.

As Doquinhas em Pelotas

Antes de discutir a abordagem metodológica e os resultados da pesquisa, é necessário contextualizar o caso das Doquinhas em Pelotas, recorte geográfico dessa pesquisa. Segundo Inchauspe e Neto (2019), o termo “Doquinhas” começou a ser utilizado pelos moradores mais de Pelotas para se referir ao cais em alusão à sua função portuária inicial. As Doquinhas ficam localizadas no extremo sul de Pelotas, no bairro Porto, em área contígua ao Canal São Gonçalo. Além de abrigar assentamentos informais e áreas de banhado, as Doquinhas também incluem uma



zona boêmia conhecida como “Quadrado”, espaço, tradicionalmente, associado às atividades portuárias e industriais do bairro Porto.

Essa região é definida, atualmente, pelo Plano Diretor de Pelotas como área de ocupação e classificada como Área Especial de Interesse Social – AEIS II, conforme a Lei Municipal nº 5.502/2008 (Pelotas, 2008). Segundo o Plano, as AEIS do tipo 2 correspondem a áreas públicas ou privadas ocupadas por população de baixa renda, nas quais há interesse público em promover a regularização fundiária, bem como a produção, manutenção e recuperação de habitação de interesse social.

A história das Doquinhas está intimamente relacionada ao próprio processo de formação e desenvolvimento urbano de Pelotas. Elevada à categoria de Freguesia de São Francisco de Paula em 1812, à vila, em 1832 e à cidade, em 1835, Pelotas consolidou-se, economicamente, no século XIX a partir da indústria saladeiril. Nesse período, diversas charqueadas escravagistas instalaram-se na região, especialmente às margens do arroio Pelotas e do já referido Canal São Gonçalo, aproveitando as facilidades de transporte fluvial para o escoamento da produção. A desobstrução da foz do Canal possibilitou o embarque direto do charque na cidade, reduzindo a dependência do porto de Rio Grande, cidade vizinha e até então de maior protagonismo regional, impulsionando significativamente a atividade portuária em Pelotas (Magalhães, 1993; Gutierrez, 1991).

O aumento do movimento e da capacidade dos cais, com a construção do estaleiro, deu origem ao espaço que até hoje é conhecido como “Quadrado”. Conforme apontam Detoni e seus colegas (2019), a designação “Quadrado” deriva do formato geométrico da doca fluvial ali implantada. Essa estrutura, executada em concreto armado pelo poder público na segunda metade do século XX, funcionava como equipamento auxiliar do porto de Pelotas, destinado à atracação e à manutenção de pequenas embarcações, protegidas da intensidade da correnteza do canal. A presença da doca favoreceu o estabelecimento de pescadores no entorno, desencadeando um processo de ocupação urbana informal em terreno que, originalmente, pertencia à Marinha, ao longo das décadas subsequentes.

Portanto, mesmo com ausência de infraestrutura urbana básica, como abastecimento de água, energia elétrica e rede de esgotamento sanitário, as Doquinhas tornaram-se atrativas para famílias de baixa renda e, claro, para as que dependiam da pesca. A partir da década de 1970, a desindustrialização de Pelotas contribuiu com a fragilização socioeconômica do porto. Essa ocupação informal do solo foi de, certa forma, incentivada pela falta de fiscalização pelas autoridades locais e, com o tempo, a população local conseguiu acesso à infraestrutura básica, como luz e água, e aos serviços urbanos (Costa, 2024).

Como nos lembram Barros, Lihtnov e Dutra (2009), a partir dos anos 1990, o novo campus da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) na região acelerou a valorização do Quadrado ao mesmo tempo em que incentivou também uma mobilização mais ativa entre seus moradores, resultando, inclusive, na criação de associação dos moradores. Nos últimos anos, o adensamento progressivo da ocupação — evidenciado pela exaustão dos lotes no quarteirão original, pelo avanço sobre áreas de banhado ainda preservadas e pela ocupação de novas áreas — intensificou ainda mais as fragilidades urbanas e ambientais já existentes. Além disso, a região foi severamente afetada pelas enchentes de 2024, culminando, inclusive, com a remoção de famílias do local (Petry, Azevedo e Medvedovski, 2025).

Metódos e instrumentos de pesquisa

Para discutir o papel do Estado na produção do espaço urbano nas Doquinhas, em Pelotas, buscou-se compreender a apreensão dos próprios moradores. Essas percepções foram coletadas e analisadas através de dois instrumentos de pesquisa principais: entrevistas-caminhadas (*walkthroughs*) e grupos focais.

O *walkthrough* trata-se de um método de coleta de dados que pode ser entendido como um passeio que segue um roteiro orientado (geralmente guiado pelo entrevistado, usuário daquele espaço). Essa é uma técnica de pesquisa que possibilita ao observador (pesquisador/avaliador) familiarizar-se com o local de análise, fazendo-o compreender, além da estrutura física do objeto em estudo, outros aspectos sociais, culturais da região estudada e seu entorno. A experiência do pesquisador em observar os espaços investigados é considerada relevante para o melhor desempenho da avaliação do objeto de estudo, pois embasa o processo segundo um olhar técnico, além de conhecer as percepções do próprio usuário. Dessa forma, além de identificar sua própria percepção inicial sobre os espaços objetos de estudo, o pesquisador também se familiariza com as apropriações imediatas de seus moradores.

Já o grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações com mais de um indivíduo. Grupos focais são uma forma de conduzir entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação de seus componentes. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido pelo pesquisador ou moderador do grupo) a partir de um coletivo de participantes convidados ou sujeitos, previamente, selecionados. Esse instrumento busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças e atitudes sobre um tema (geralmente de interesse comum aos participantes), produto ou serviços. Diferente da entrevista individual, grupos focais baseiam-se na interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa. Sua formação obedece a critérios, anteriormente, determinados pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da investigação, cabendo a este a criação de um ambiente favorável à discussão, que motive os participantes a manifestarem suas percepções e pontos de vista em um debate aberto e acessível, no qual as diferenças de status entre os participantes não são levadas em consideração.

Resultados

No caso dos relatos compartilhados pelos moradores durante as caminhadas (*walkthroughs*) no espaço, a análise das caminhadas-entrevistas, previamente, marcadas com os residentes, das abordagens espontâneas e das observações realizadas durante as caminhadas de reconhecimento permitiu identificar um conjunto consistente de percepções sobre aquele espaço urbano e sobre aspectos socioambientais da região das Doquinhas. De modo geral, os relatos revelam uma convergência significativa quanto aos principais problemas enfrentados pelos moradores, bem como divergências pontuais relacionadas à faixa etária, à localização da moradia e ao grau de vínculo com os espaços públicos da região.

Entre os aspectos mais criticados durante as caminhadas de forma, praticamente, unânime estão os alagamentos frequentes e o acúmulo de água empoçada. Os entrevistados associam esse problema tanto às características naturais do banhado quanto a intervenções inadequadas realizadas por moradores, especialmente aterros excessivos em alguns lotes, que comprometem o escoamento da água nos terrenos adjacentes. Esse fator é apontado como um dos principais

elementos de precarização das condições de moradia e circulação na região, sobretudo em períodos de chuva.

Outro tema recorrente refere-se à limpeza urbana. Embora a coleta de resíduos seja reconhecida por uma das entrevistadas como satisfatória, predomina a crítica sobre a presença de lixo descartado de forma irregular, atribuída à falta de educação ambiental de parte dos moradores. Nas entrevistas de abordagem espontânea, o acúmulo de resíduos, associado aos alagamentos, é apontado como um dos maiores problemas cotidianos da região, evidenciando uma percepção compartilhada entre diferentes perfis de entrevistados.

A precariedade da infraestrutura urbana também foi amplamente mencionada. A acessibilidade aparece como um ponto negativo relevante, com destaque para calçadas irregulares, esburacadas e com materiais soltos, que dificultam o deslocamento de pedestres. Soma-se a isso a crítica à circulação de caminhões pesados pela Rua Conde de Porto Alegre, apontados como responsáveis por ruídos excessivos e desconforto, problema que, segundo uma entrevistada, antecede inclusive o asfaltamento da via.

No que se refere aos equipamentos e serviços públicos, as críticas concentram-se principalmente no funcionamento do posto de saúde local, descrito como insuficiente em termos de atendimento, tempo de espera e oferta de profissionais, especialmente pediatras. Também foi mencionada a cobrança da taxa de esgoto sem a correspondente prestação do serviço, uma vez que os dejetos seriam lançados diretamente no banhado, sem tratamento adequado.

As entrevistas revelam ainda forte insatisfação com a atuação do poder público local. As moradoras relatam a ausência do Estado na manutenção de espaços públicos, na infraestrutura urbana e no saneamento, destacando que iniciativas privadas e ações da própria comunidade acabam suprimindo funções que deveriam ser de responsabilidade governamental. Esse sentimento de descaso é reforçado por experiências frustradas de contato com os órgãos públicos, como reclamações não atendidas relacionadas à iluminação, esgoto e outros serviços urbanos.

Paradoxalmente, em contraste com essa percepção de ausência do Estado em áreas essenciais, foi observada uma presença significativa do poder público no que se refere à fiscalização e ao policiamento, especialmente por meio da Patrulha Ambiental (PATRAM). Essa contradição foi interpretada por algumas entrevistadas como desproporcional e levantou questionamentos sobre a relação entre a intensidade da vigilância e o perfil socioeconômico dos moradores, apontando para um tema que merece aprofundamento em pesquisas futuras.

No campo das dinâmicas socioculturais, todas as entrevistadas reconheceram o Quadrado como um espaço de valor histórico e cultural para a cidade de Pelotas, sendo frequentemente descrito como um ponto simbólico e identitário da região. Foram citados como bens culturais relevantes o Instituto Hédio D'Angola, o antigo Clube do Remo, o Bar do Zé e o próprio Quadrado. Entretanto, emergem divergências geracionais quanto à presença de bares: enquanto as entrevistadas mais jovens associam esses estabelecimentos à vitalidade urbana, as mais velhas criticam o barulho, a sujeira e a ocupação irregular das calçadas que esse comércio produz.

Apesar do estigma social associado à região, as entrevistas de abordagem espontânea indicam que os moradores, de modo geral, consideram o local positivo para se viver. Destaca-se também a baixa diversidade de usos, com predominância residencial e escassez de comércio, salvo os bares,

o que obriga os moradores a se deslocarem para outras áreas da cidade para suprir necessidades cotidianas.

Um aspecto relevante identificado na comparação entre as áreas analisadas é o forte senso de comunidade nas Doquinhas. Durante as caminhadas, observou-se intensa interação entre vizinhos, com trocas frequentes e abordagens espontâneas, especialmente em torno de lideranças locais. Esse padrão contrasta com outras áreas de Pelotas, analisadas por etapas anteriores da pesquisa, onde a interação social se mostrou menos evidente.

Por fim, nas entrevista-caminhadas foram identificadas questões urgentes relacionadas à vulnerabilidade social, como as tentativas de remoção de catadores e pescadores sem a oferta de alternativas de trabalho ou renda, além de situações extremas de precariedade habitacional em becos e áreas densamente ocupadas, marcadas por moradias inadequadas, sem saneamento e com exposição constante ao esgoto a céu aberto. Esses relatos evidenciam a gravidade das desigualdades socioambientais presentes na região e reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, sensíveis às especificidades locais.

Na segunda parte dessa discussão, trazemos os relatos levantados durante o grupo focal realizado com moradores e colaboradores das Doquinhas. O encontro, realizado no Instituto Hélio D'Angola, evidenciou um conjunto de percepções comuns acerca do espaço urbano, dos aspectos ambientais e institucionais das Doquinhas, com destaque para a recorrente associação entre problemas socioambientais e a atuação insuficiente do poder público. Os depoimentos revelam não apenas as grandes dificuldades enfrentadas cotidianamente, mas também a dimensão simbólica e afetiva que estrutura a relação dos moradores com o território, que fica ainda mais evidente nos próximos parágrafos.

A questão dos alagamentos foi apontada de forma quase unânime como o principal problema da área. Os participantes relataram a frequência de enchentes e acúmulo de água, associando tais ocorrências, sobretudo, ao mau funcionamento das bombas de drenagem, com menção recorrente à situação da Avenida Bento Martins. Esse quadro é atribuído diretamente à gestão pública, em especial à atuação do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP), percebida como ineficiente ou marcada por “má vontade”. De modo recorrente, os moradores expressaram a sensação de abandono institucional, sintetizada na percepção de que o poder público “virou as costas” para o Canal São Gonçalo e, por extensão, para a própria comunidade das Doquinhas.

Ainda no que se refere aos alagamentos, emergiu de forma consistente a crítica às ocupações e construções sobre o banhado. Segundo os relatos, acordos prévios que limitavam espacialmente a ocupação do solo não foram respeitados por alguns moradores, que avançaram sobre a área com aterros excessivos. Essas intervenções individuais são apontadas como fatores que dificultam ainda mais o escoamento das águas, agravando os alagamentos em lotes vizinhos e contribuindo para problemas sanitários, como a proliferação de ratos. Nesse sentido, os participantes identificam a ocupação do banhado como um verdadeiro “divisor de águas” na relação da comunidade com o entorno: um espaço que, anteriormente, era associado à contemplação, ao lazer e a condições ambientais mais agradáveis passou a ser percebido como fonte de odores, inundações e de degradação ambiental.

Outro conjunto de questões recorrentes refere-se à convivência urbana, especialmente no que diz respeito aos ruídos sonoros, à trepidação e à limpeza urbana. A presença de numerosos bares na região foi apontada como geradora de conflitos, sobretudo em função de festas frequentes,

inclusive durante a semana, que se estendem até a madrugada. Os moradores relataram que a área não comporta o volume de pessoas e de atividades noturnas, destacando problemas como barulho excessivo, desordem e uso inadequado do espaço público. A ausência de banheiros em alguns estabelecimentos faz com que frequentadores utilizem as calçadas para necessidades fisiológicas, agravando a insalubridade. Soma-se a isso a apropriação irregular das calçadas por mesas e cadeiras, dificultando a circulação de pedestres, especialmente pessoas com mobilidade reduzida.

Os impactos relacionados à mobilidade pesada também foram amplamente mencionados. Caminhões de grande porte, transportando cargas como toras de madeira, circulam pela Rua Conde de Porto Alegre, apesar de sua inadequação estrutural para esse tipo de tráfego. Os moradores associam essa circulação não apenas ao ruído e à trepidação, mas também ao afundamento progressivo dos terrenos no banhado. O fato desses caminhões transitarem inclusive durante a madrugada intensifica a sensação de desconforto e incômodo.

A limpeza urbana configura-se como outro tema sensível e multifacetado. Os participantes relataram acúmulo frequente de lixo e a ausência de lixeiras públicas, o que os obriga a improvisar soluções, como o uso de tonéis ou até eletrodomésticos antigos para o descarte de resíduos. Esse cenário é interpretado como mais uma evidência do descaso do poder público. No entanto, os próprios moradores reconhecem que o problema não se restringe à gestão municipal, apontando também a falta de educação ambiental entre parte da vizinhança, como já tinha sido apontado por alguns entrevistados durante as caminhadas pela região, especialmente no descarte inadequado de móveis e outros resíduos volumosos, que contribuem tanto para a poluição visual quanto para o agravamento dos alagamentos.

Para além das questões infraestruturais, o grupo focal revelou dimensões simbólicas e políticas relevantes. A relação com o Estado foi sintetizada por um dos participantes na crítica de que a cidade teria sido “zoneada por meia dúzia de pessoas em um escritório”, expressando a percepção de que a comunidade não é ouvida nos processos de planejamento urbano. Essa sensação é intensificada pela crescente pressão imobiliária sobre as margens do Canal São Gonçalo, associada à valorização do território e ao interesse de grupos com maior poder aquisitivo, o que gera insegurança quanto à permanência dos moradores tradicionais.

Em contraponto a esse cenário de precariedade e conflito, emergiu um forte sentimento de pertencimento e nostalgia em relação ao passado do lugar. Os moradores recordam com saudosismo eventos culturais e comunitários que antes ocorriam na região, como festas juninas, celebrações culturais e comemorações vinculadas ao Instituto Hélio D’Angola. Embora esses eventos tenham diminuído, a comunidade ainda mantém algumas celebrações coletivas, como festas juninas, a festividade de Nossa Senhora dos Navegantes, o Dia das Crianças, o Natal e o aniversário do Instituto. Ainda assim, foi amplamente mencionada a carência de espaços públicos de qualidade que possibilitem encontros, convivência e atividades coletivas. O próprio banhado é lembrado como um espaço que poderia ter sido convertido em área de lazer, como uma praça, reforçando a ideia de um potencial urbano não concretizado.

Por fim, os relatos evidenciam a invisibilização progressiva da figura do pescador, historicamente central para a identidade local. Os participantes destacaram a ausência de infraestrutura adequada para o armazenamento e a manutenção das embarcações, bem como os altos custos para o reboque dos barcos entre o Quadrado e o Canal São Gonçalo. Essa situação reforça a percepção de que os modos de vida tradicionais não são considerados nas políticas urbanas, contribuindo para a marginalização socioeconômica desses grupos.

Conclusão

Esse artigo analisou a qualidade do espaço urbano nas Doquinhas, em Pelotas, a partir da percepção de moradores e usuários, enfatizando o papel do Estado na produção e gestão de territórios marginalizados. Por meio de entrevistas-caminhadas e grupos focais, os resultados evidenciam que a precariedade urbana local está diretamente associada à insuficiência de políticas públicas voltadas às questões fundiárias, ao saneamento, à infraestrutura urbana e à oferta de serviços públicos, pilares fundamentais do direito à cidade e do desenvolvimento urbano sustentável.

Os relatos apontam para uma contradição recorrente entre a ausência do Estado na garantia de direitos urbanos básicos e sua presença intensificada em ações de fiscalização e controle, configurando uma dinâmica de “presença dentre ausências” (Souza e Silva e Travassos, 2008, p. 36). Essa assimetria contribui para a manutenção das desigualdades socioespaciais e reforça a percepção de abandono institucional por parte da comunidade.

Apesar das fragilidades estruturais, o estudo também revelou um forte senso de pertencimento e mobilização social nas Doquinhas, expresso nas práticas coletivas, na valorização simbólica do Quadrado e na atuação de lideranças comunitárias que frequentemente assumem funções que deveriam ser do poder público. Esses elementos demonstram que a qualidade do espaço urbano não se restringe a aspectos físicos, mas envolve dimensões sociais, culturais e afetivas.

Conclui-se, portanto, que a promoção de cidades mais sustentáveis e inclusivas em contextos como o das Doquinhas exige políticas públicas integradas, participativas e territorialmente sensíveis, capazes de articular infraestrutura, justiça socioambiental e reconhecimento dos modos de vida locais, reafirmando o papel central do Estado na efetivação do direito à cidade.

Referências

BARROS, Lânderson Antória; LIHTNOV, Dione Dutra; VIEIRA, Sidney Gonçalves. Contextualização histórica na formação do bairro Porto de Pelotas e os problemas urbano-ambientais no loteamento das Doquinhas. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (CIC), 18.; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO (ENPOS), 11.; MOSTRA CIENTÍFICA, 1., 2009, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, Luísa Brito da. Porto de Pelotas: a história do desenvolvimento industrial da região e o que restou dela. **A Voz do Porto**, [s.l.], 10 fev. 2024.

FERNANDES, Edésio. Estatuto da cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença ou razão de otimismo? **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 212–233, 2013.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo das charqueadas pelotenses**. Pelotas: Editora da UFPel, 1991.



INCHAUSPE, Ivone Vieira; PEREIRA NETO, Francisco Lacerda da Silva. Habitar no tempo da cidade: um estudo sobre memória e sociabilidade na região do Porto de Pelotas/RS. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 22, n. 58, 2021. DOI: 10.22456/1984-1191.108304.

LIMA, Valéria. Análise da qualidade ambiental urbana: o exemplo de Osvaldo Cruz/SP. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 2, 2014.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Pelotas: urbanização e formação histórica**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

MARRARA, Thiago. Acessibilidade da infraestrutura urbana: conceito e análise evolutiva da legislação brasileira a partir da década de 1990. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, v. 10, p. 159–180, 2012.

PAVAN DETONI, Luana et al. Uma experiência de caminhografia urbana no Porto de Pelotas: diálogos entre o patrimônio e o ensino de arquitetura e urbanismo. **Pixo: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas, v. 3, n. 11, 2019.

PELOTAS. **Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial do Município de Pelotas. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008.

PETRY, Natália S.; AZEVEDO, Luana S.; MEDVEDOVSKI, Natália S. Processo avaliativo de áreas vulneráveis impactadas pelas enchentes a partir da extensão universitária. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 9., 2025. **Anais...** v. 9, n. 1, p. 1–9, 2025.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SOUSA E SILVA, Lucia; TRAVASSOS, Luciana. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 19, 2008.

UNITED NATIONS. **Agenda 21: Earth Summit – The United Nations Programme of Action from Rio**. Rio de Janeiro: United Nations, 1992.